

ENTRE MOVIMENTOS E DESCONTINUIDADES: PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA NA LUTA ANTIMANICOMIAL EM ALAGOAS

BETWEEN MOVEMENTS AND DISCONTINUITIES: PROTAGONISM AND RESISTANCE IN THE ANTIMANICOMIAL FIGHT

Claudete do Amaral Lins **1**
Karla Patrícia André da Rocha Lima **2**
Sueli Maria do Nascimento **3**

Resumo: A luta antimanicomial no Brasil tem significado resistência permanente contra ameaças de retrocessos no modelo de política de saúde mental alcançado em 2001, resultante do movimento social de reforma psiquiátrica que ganhou fôlego no final da década de 1980. Em Alagoas e em Maceió, a história dos movimentos sociais em torno dessa causa, desde 1997 até os tempos atuais, passa por avanços e descontinuidades. Ressalta-se que o impulso para a mobilização da luta antimanicomial local se orienta quase sempre a partir de iniciativas dos trabalhadores da saúde mental e vinculado a ações dentro dos serviços públicos. Aqui são expostas fragilidades e potências desse processo. O Fórum de Saúde Mental de Maceió, criado em 2018 e recentemente associado à RENILA, vem, através de projeto de extensão universitária da UFAL, assumindo o desafio fomentar o protagonismo de usuários na luta antimanicomial, especialmente durante o distanciamento social vigente na crise pandêmica de 2020.

Palavras-chave: Saúde Mental. Luta antimanicomial. Atenção psicossocial. Fórum de Saúde Mental de Maceió. Protagonismo de usuários.

Abstract: The anti-asylum fight in Brazil has meant permanent resistance against threats of setbacks in the mental health policy model reached in 2001, resulting from the social psychiatric reform movement that gained momentum in the late 1980s. In Alagoas and Maceió, the history of social movements around this cause, since 1997 until the present times, go through advances and discontinuities. It is noteworthy that the impulse to mobilize the local anti-asylum fight is almost always based on initiatives by mental health workers and linked to actions within public services. Here the weaknesses and strengths of this process are exposed. The Mental Health Forum of Maceió, created in 2018 and recently associated with RENILA, has taken on the challenge of fostering the participation of users in the anti-asylum fight, especially during the social isolation in force in the pandemic crisis 2020, through a university extension project of the UFAL.

Keywords: Mental health. Anti-asylum fight. Psychosocial care. Mental Health Forum of Maceió. Users Participation.

Mestre em Educação (UFAL). Terapeuta Ocupacional no CAPS Casa Verde da UNCISAL. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5824108433366025>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5435-8583>.
E-mail: claudete_lins@yahoo.com.br **1**

Especialista em Gestão e Controle Social em Políticas Públicas (UFAL). Assistente Social no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Dr. Sadi Feitosa de Carvalho da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6086658698050535> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7200-2505>. E-mail: karlarocha.al@gmail.com **2**

Doutora em Serviço Social (UERJ). Docente na Faculdade de Serviço Social da UFAL. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5733167820611338>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2106-2580>. E-mail: suenas@fsso.ufal.br **3**

Introdução

A luta antimanicomial no Brasil teve seu início significativo quando da formação do Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), no final da década de 1970. A partir da I Conferência de Saúde Mental e do Encontro de Bauru, em 1987, o MTSM logo incorporou a mobilização de usuários e seus familiares, dada a necessidade de fortalecimento do protagonismo dessas pessoas (SOALHEIRO, 2012, p. 32). Tem-se aí o momento inaugural do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA). O lema ‘por uma sociedade sem manicômios’, adotado naquela ocasião funcionava como uma direção segura para as mudanças estruturais da política pública em destaque, que marcou a década seguinte: redução dos leitos de hospital especializado, criação de serviços na comunidade, ampliação radical do acesso ao tratamento, abertura de atendimento na atenção básica e na intersectorialidade.

Frente a uma herança de violência institucionalizada que marcou a histórica relação da sociedade com a “loucura”, a Reforma Psiquiátrica, com sua proposta de desinstitucionalização hospitalar, foi celebrada como um processo de possível conquista da cidadania das pessoas com sofrimento mental. O reconhecimento da relevância do protagonismo dos usuários na condição de sujeitos de direitos representa o compromisso ético-político de oferecer oportunidades de reconstrução da vida e transformação do lugar social das pessoas com sofrimento mental e com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Contudo, a política de saúde brasileira ainda apresenta lacunas e fragilidades, sendo perceptíveis inúmeras dificuldades para o acesso dessa população a uma assistência fora de manicômios.

A Constituição Federal de 1988 construiu o pacto social e institucional que permitiu os grandes avanços democráticos da década de 1990. A reforma psiquiátrica avançou com o arcabouço de um sistema universal de saúde, e sustentada nas premissas éticas dos direitos de cidadania. O novo modelo de atenção em saúde mental foi debatido com a sociedade nos anos 1990, e resultou na Lei Nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Até 2015 a ampliação do acesso ao cuidado, tanto para transtornos mentais graves e persistentes como para transtornos mentais menos graves (e cada vez mais frequentes), seguiu uma linha de serviços e transformação de processos de trabalho.

Muitas ações inovadoras realizadas em Alagoas foram referência em nível nacional, no entanto, foram descontinuadas. A luta antimanicomial é um percurso rico, árduo e complexo em todo mundo capitalista; não é diferente, portanto, em Maceió e em Alagoas. Somos militantes da causa da paz, do amor, da solidariedade, do afeto, da diferença e alteridade. Sustentamos nossa luta com criatividade e vontade própria e, na maioria das vezes, com investimentos financeiros próprios.

Entre movimentos de avanços e descontinuidades, chegamos talvez ao ponto de fazer uma análise ou, na sua impossibilidade, levantar algumas questões, dada a complexidade e alienação em que muitas vezes nos encontramos na nossa cena social. Realizar o esforço de delimitar um pouco mais o que viemos construindo, historicizar, lembrar, resgatar momentos e fazer uma síntese que nos aponte nossas fragilidades, mas também nossas potências. Sempre na ânsia de que possa revelar outros caminhos a escolher para seguir, assim como fortalecer os percursos em construção.

Avançamos alguma coisa? Nossa resistência é potente? Que caminhos temos tomado? Que lutas enfrentamos? Estamos conseguindo fortalecer a luta em nossa cidade? Acreditamos que visitar um pouco de nossa história pode nos ajudar.

Outrossim, no recente contexto de crise estrutural do capital no Brasil, são visíveis cada vez mais medidas que limitam a ação do Estado quanto às políticas públicas. Diante de um discurso de ajustes econômicos alicerçados na redução dos gastos públicos, o Sistema Único de Saúde (SUS) passa por um processo de desmonte. Nessa lógica, a política de saúde mental, orientada pelo movimento da Reforma Psiquiátrica vem sofrendo profundos ataques para sua efetivação. A participação popular, sobretudo o engajamento das pessoas que são usuárias desta política é essencial para a luta na garantia de direitos.

Experiências do movimento antimanicomial em Maceió – Alagoas

O percurso da luta antimanicomial em Alagoas enquanto movimento social começou há muitos anos, no final do século XX, acompanhando o debate nacional pela construção de um novo modelo de cuidados na política de saúde mental. Nós, autoras deste relato, somos integrantes do Fórum de Saúde Mental de Maceió, porém, não fizemos parte dos princípios dessa história à época.

Ressaltamos que a luta antimanicomial no estado, assim como ocorreu em nível nacional, também tem sua história a partir do posicionamento de profissionais discordantes da lógica da disciplina, da violência e da segregação. Tal posicionamento de oposição se revelava no desenvolvimento de diferentes formas de atuar, na comunidade, e nas escolas, realizando 'Ações de Saúde Mental Comunitária'. Por censurar o trabalho fora das instituições médicas, a Secretaria de Saúde de Maceió impediu o prosseguimento dessas práticas alternativas (RIBEIRO, 2011). Voluzi Câmara foi a médica psiquiatra que trouxe o termo Reforma Psiquiátrica para Maceió (RIBEIRO, 2011, p. 65); seu posicionamento levantou críticas, mas também reflexões, ao retirar da tomada um aparelho de eletrochoque e levá-lo embora consigo.

Soalheiro (2012, p. 31), ao introduzir suas ideias sobre os sentidos da Utopia e a importância da política e do empoderamento de usuários e familiares no movimento brasileiro pela reforma psiquiátrica, apresenta a história de Eduardo Araújo, "um baiano que militou no movimento antimanicomial até a sua morte, em 2004":¹

Um usuário que criticava duramente a violência do poder psiquiátrico, viajava militando por todo o Brasil – militância que viabilizava de forma autônoma, através da venda de camisas panfletárias e de poemas que produzia em séries, as quais denominava 'Delírios Críticos'.

Os percursos desse e de tantos outros "Eduardos Araújo" se entrecruzam na atualidade. Usuários e seus familiares, profissionais da saúde, professores e estudantes universitários e vários outros sujeitos simpatizantes da causa antimanicomial têm caminhado juntos em prol de transformações na sociedade e têm se reunido em eventos, movimentos e organizações sociais em defesa da manutenção e ampliação de direitos humanos e de cidadania básicos, na luta por liberdade e tratamento digno das pessoas. Essa participação e mobilização tem sido responsável por vários avanços no campo da saúde mental.

De acordo com Soalheiro (2012, p. 32-33):

A presença dos usuários nos debates pertinentes ao nosso campo demonstra que, se hoje lutam pelos seus direitos, discutem seu projeto terapêutico, escrevem dissertações e artigos, criam canais de comunicação e mídias próprias, isso não se dará sem consequências: 'os ditos loucos começam a falar o que pensam e a pensar sobre o que fazemos', o que nos obriga a repensar nossa visão estereotipada e deficitária da doença mental, a partir de outra percepção das questões pertinentes à condição desses sujeitos e do que eles identificam como suas necessidades.

Nessa linha de pensamento, a autora nos instiga a refletir sobre a participação social na saúde mental para além das subjetividades, isto é: "As diversas dimensões do sofrimento psíquico, a desvantagem social, a diferença e a diversidade somam-se ao debate do direito a um tratamento digno, aos atos da vida civil, à moradia, ao trabalho e ao lazer" (SOALHEIRO, 2012, p. 33).

Tal reflexão foi e é de fundamental importância na análise de possibilidades de expres-

¹ Nina Isabel Soalheiro faz referência a um estudo seu realizado anteriormente, em 2003, sobre a militância e o pensamento político dos usuários, no qual entrevistou Eduardo Araújo, cuja "narrativa, defende a importância da militância política e fala do seu projeto de criar uma 'casa aberta à loucura', que se chamaria 'Metamorfose Ambulante'" (SOALHEIRO, 2012, p. 31). A autora informa que "após sua morte precoce, foi criado, em Salvador, na Bahia, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que recebeu o seu nome." (Ibidem).

são através da arte que lograram mudanças de lugar social da desrazão e da loucura. De louco, doente, desarrazoado, incapaz e perigoso, alcançaram o reconhecimento de sujeitos de direitos que são, artistas, poetas, escritores, entre outras potências, assim como afirmaram sua diferença (SOALHEIRO, 2012).

Eis a relevância de se registrar esse avanço histórico, pois, apesar dos retrocessos que surgem em nossa frente todos os dias, podemos respaldar o sentido e a direção de nossa militância no campo do direito universal à atenção psicossocial fora de manicômios e compartilhar com os que estão chegando os caminhos potentes que trilhamos, e continuar resistindo com afeto, arte e invenção.

Com a finalidade de compreender o processo de mobilização popular local, iniciaremos a apresentação dessa síntese histórica com um importante evento organizado pelo Núcleo Estadual de Saúde Mental (NESMAL): o IV Encontro Nacional de Luta Antimanicomial: “novas formas de produção de sentido – hospício faz mal à saúde”, realizado entre os dias 22 e 26 de setembro de 1999, no Acampamento Batista, em Paripueira – Alagoas. De acordo com o Relatório Final do Projeto de Pesquisa “Avaliação da Organização da Rede de Atenção em Saúde Mental” (TRINDADE et al, 2007, p. 61-62):

O evento contou com a participação do deputado federal Paulo Delgado para discutir seu Projeto de Lei e com as Associações dos Familiares e Amigos dos Doentes Mentais (AFDM) da Bahia e de Alagoas. Aqui verificou-se uma tensão na participação dessas organizações de usuários com transtornos mentais e de seus familiares. Durante o evento as associações citadas se reuniram e invadiram o acampamento batista para impedir que o evento se realizasse.

Destacamos que o motivo da atitude de descontentamento dessas associações de familiares durante o evento, conforme apontado por profissionais entrevistados na pesquisa: “essas associações eram patrocinadas pelos donos de hospitais psiquiátricos, hospitais privados” (TRINDADE et al, 2007, p. 62). Ou seja: o posicionamento dos familiares era contrário à reforma psiquiátrica, tendo em vista o fechamento dos hospitais e a temida ausência de alternativa para cuidado e tratamento dos seus parentes. Infere-se no relatório de pesquisa que “os donos de hospitais recorriam a esse tipo de estratégia para usar os familiares como defensores da instituição psiquiátrica, para tentar manter, desse modo, seus lucros com a chamada ‘Fábrica da Loucura’” (ibidem).

Convém esclarecer que, em 17 de dezembro de 1998, após aprovação na Câmara de Vereadores, a prefeita de Maceió, Kátia Born Ribeiro sancionou a Lei Nº 4.768/98, de autoria do vereador Paulão, a qual dispunha sobre a assistência psiquiátrica e a regulamentação dos serviços de saúde mental no município de Maceió, e assim determinava em seu artigo 2º: “O Município de Maceió substituirá progressivamente, mediante planificação anual, os leitos dos hospitais psiquiátricos pelos recursos assistenciais substitutivos definidos nesta Lei” (MACEIÓ, 1998). Em 2000 a Lei foi revogada pela Câmara de Vereadores.

No relatório da pesquisa coordenada pela Professora Doutora Rosa Prêdes Trindade, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), está registrada a relevante contribuição de instituições e organizações que se posicionaram na Comissão Municipal de Saúde Mental, do Conselho Municipal de Saúde, em defesa da reforma psiquiátrica, pela manutenção da Lei Municipal 4.768/98, destacamos as associações de usuários: Associação de Usuários e Familiares de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Maceió (ASSUMA) e Associação de Pais e Amigos do *Autista* (ASSISTA) e o Movimento Luta Antimanicomial (representado pelo NESMAL). A menção ao fato ocorrido naquele IV Encontro Nacional e a pressão que culminou na revogação da Lei Municipal da reforma psiquiátrica nos permite mensurar o tamanho do desafio assumido pelos militantes da luta antimanicomial em Maceió.

Esclarecemos ainda que em 1999 Maceió já havia implantado 3 (três) Centros de Atenção Psicossocial: o CAPS Enfermeira Noracy Pedrosa foi o primeiro, em setembro de 1997; no ano seguinte foram criados o CAPS Sadi Feitosa de Carvalho e o CAPS Infante-juvenil (CAPSi)

Luiz da Rocha Cerqueira, ambos em junho de 1998. Hoje existem em Maceió um total de 5 (cinco) CAPS habilitados no Sistema Único de Saúde (SUS); os 2 (dois) outros CAPS: CAPS Álcool e outras Drogas (CAPS Ad) e CAPS Rostan Silvestre só foram implantados em 2006, nos meses de setembro e outubro, respectivamente.²

Outra informação relevante é que a primeira experiência projetada à luz do modelo de atenção previsto na reforma psiquiátrica em Maceió foi o CAPS Casa Verde, fundado em 29 de fevereiro de 1996. Todavia, apesar da prática terapêutica desinstitucionalizada, foi implantado anexo ao Hospital Escola Portugal Ramalho – vinculado à Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) e até hoje não foi habilitado como CAPS. O serviço sempre funcionou nos moldes dos CAPS e se encontra em processo de habilitação há aproximadamente dez anos. Em 2016 saiu da estrutura hospitalar; durante dois anos se estabeleceu em uma casa no bairro do Pinheiro, porém, por problemas na estrutura do bairro, retornou à sua antiga sede junto ao hospital psiquiátrico. Desde setembro de 2020, uma nova casa já está alugada pela Secretaria de Saúde do Estado (SESAU); espera-se assim avançar no processo de habilitação do serviço que, em 2021, completa 25 anos de atendimento à população de Maceió.

Retomando a síntese histórica do processo de mobilização popular, segundo consta no já referido relatório de pesquisa (TRINDADE et al, 2007), o IV Encontro Nacional organizado pelo NESMAL foi antecedido, em agosto do mesmo ano (1999), pelo II Encontro de Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Alagoas. Aquela ocasião marcou a história da luta antimanicomial no estado por ter sido o primeiro evento com “participação efetiva da comunidade na construção da rede municipal de serviços da Saúde Mental” e pela elaboração da “carta de Maceió” que apresentou propostas para a organização da Atenção Psiquiátrica, Psicossocial e Sociopsíquica, bem como, da Assistência à Família, Assistência Infanto-Juvenil e Assistência Geriátrica. Salienta-se a participação de usuários, familiares e trabalhadores do Programa Municipal de Saúde Mental de Maceió (TRINDADE et al, 2007, p. 61).

Note-se que o NESMAL, organizador do IV Encontro Nacional, era um núcleo integrante da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial (RENILA). Entre 1998 e 1999 a Secretaria Executiva da RENILA ficou sediada em Maceió. Naquela época o NESMAL protagonizou muitas frentes de defesa da reforma psiquiátrica, tendo, inclusive, representado a sociedade civil (movimentos e organizações sociais interessados na política de saúde mental) nos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde. O Núcleo, fundado em março de 1996, era composto por uma militância de profissionais e também de familiares de pessoas com sofrimento psíquico; gente comprometida com a luta pela criação e consolidação dos espaços de atenção psicossocial alternativos aos hospitais psiquiátricos; alguns desses espaços foram recém conquistados e outros que ainda hoje ansiamos: Serviços Residenciais Terapêuticos, Centro de Convivência e Cultura, financiamento de projetos de geração de renda, CAPS 24 horas, ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Não sabemos precisar até quando o Núcleo ficou ativo, mas é certo que integrantes do NESMAL continuaram na luta e alguns sujeitos atuantes àquela época permanecem engajados de diferentes modos.

A luta antimanicomial, como todo movimento social, teve descontinuidades, avanços, recuos, mas a resistência é um dos pontos fortes das pessoas que nela se engajam; assim, ela se refaz como uma Fênix. Como a luta vive latente nas pessoas, em 18 de maio de 2014 ocorreu o evento “Tá Pintando Loucura na Praça!”, em alusão ao Dia Nacional de Luta Antimanicomial, no qual se desenvolveu uma rica programação durante toda a manhã na Praça Centenário, importante referência para encontros e mobilizações no bairro do Farol, na capital alagoana, onde circularam cerca de 500 pessoas durante o evento.³ Manifesto antimanicomial, cirandas, roda de poesia, oficina de teatro do oprimido, intervenção teatral, capoeira, pintura de painéis, exposição de produtos das oficinas e artes, além de práticas integrativas complementares foram ações mobilizadas e organizadas pelo grupo de Práticas Integradas de Pesquisa em Atenção à Saúde (PIPAS) do Centro Universitário CESMAC, em parceria com vários grupos e

2 As datas de criação dos CAPS foram consultadas no Relatório Final do Projeto de Pesquisa “Avaliação da Organização da Rede de Atenção em Saúde Mental” (TRINDADE et al, 2007).

3 É possível conferir o evento, que foi documento em vídeo (coletivo, 2015). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e81lwsgjeg>>. Acesso em: 27 out. 2020.

instituições. O evento reuniu tamanha potência que lá mesmo se definiu um próximo encontro, constituindo-se assim o Coletivo Alagoas Antimanicomial (CAA), que passou a se reunir nos CAPS de Maceió e posteriormente em outros espaços da cidade.

As reuniões com usuários, familiares, profissionais e estudantes fomentaram a realização do I Fórum Alagoas Antimanicomial: “Desafios para a Construção da Rede de Atenção Psicossocial”, ocorrido no Dia Mundial da Saúde Mental – 10 de outubro de 2014, na sede do Conselho Regional de Psicologia de Alagoas (CRP-15), em Maceió. Foram organizados grupos temáticos para discutir três eixos identificados como de grande relevância para o debate das carências e necessidades no âmbito da política de saúde mental no estado: Direitos dos usuários, Clínica Antimanicomial e Redes de Atenção Psicossocial. O Fórum oportunizou uma rica participação e debate de diversos “representantes de instituições psiquiátricas de Alagoas, acadêmicas e de órgãos estaduais e municipais” (CRP-15, 2014) e também contou com uma performance artística; as pessoas saíram mais capacitadas para a luta, com muito mais clareza da realidade da fraca e insuficiente rede de atenção em saúde mental no âmbito estadual e também de Maceió.

No 18 de maio de 2015, o CAA em parceria com o Fórum em Defesa do SUS organizou mais uma mobilização “Tá Pintando Loucura na Praça!”, dessa vez na Praça Deodoro, em frente à Câmara dos Vereadores, no Centro de Maceió, novamente com uma animada programação, com rodas de conversas, intervenções musicais, performances teatrais e cortejo pelas ruas do centro (REDE HUMANIZA SUS, 2015). Dentre as muitas atividades artístico-culturais, destacamos algumas dinamizadas por estudantes (pintura de camisetas com stencil), profissionais (construção coletiva do RAP da Esmeralda), grupos parceiros (bordado do Grupo Bordazul) e pintura de painéis. O cortejo seguiu pela Rua do Comércio com faixas, adereços, carrinho de som em direção à antiga sede do PROCON, na Ladeira do Brito, prédio que pertenceu à família da nossa ilustre psiquiatra alagoana, Dra. Nise da Silveira; local onde se idealizou e se reivindicou a implantação de um Centro de Convivência – Espaço Nise da Silveira pelo poder público.

Em dezembro de 2015, a saúde mental sofreu um duro golpe. Estava em curso uma Coordenação Nacional de Saúde Mental que impulsionava o redirecionamento da atenção em saúde mental em todo o país, no entanto, o Ministro da Saúde Marcelo Castro nomeou o psiquiatra Valencius Wurch Duarte Filho para ser o Coordenador Nacional de Saúde Mental. Tratava-se do ex-diretor da Casa de Saúde Dr. Eiras de Paracambi, que foi o maior manicômio da América Latina (CRP-15, 2015a). Quando da vinda do Ex-Ministro Marcelo Castro a Maceió, naquele mesmo mês de dezembro, o Coletivo Alagoas Antimanicomial participou de manifestação junto a outros movimentos sociais e sindicatos em frente à Maternidade Santa Mônica, entregando a “Carta de Dezembro” nas mãos do Ministro⁴.

Em janeiro de 2016 foi realizado o Ato Loucura Brasília, exigindo a exoneração do novo coordenador de saúde mental, o senhor Valencius. O Coletivo Alagoas Antimanicomial acompanhou e apoiou a “Ocupação Fora Valencius”, realizada durante quatro meses, de 15 de dezembro de 2015 até 15 de abril de 2016, na sala da Coordenação Geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde, em Brasília. Essa ocupação foi protagonizada por usuários, profissionais e familiares, articulada pela RENILA e pelo Movimento Pró Saúde Mental do Distrito Federal. Durante o período da ocupação, militantes de todo o Brasil estiveram sintonizados em debater e construir estratégias de luta e apoio emocional e financeiro aos ocupantes. Além do CAA, Alagoas esteve presente no ato representada também pela ASSUMA, pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-15), pela Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde da época e por acadêmicos do CESMAC e da UNCISAL (CRP-15, 2016). A viagem para Brasília foi realizada em caravana com militantes de Recife e também financiada por muitos parceiros e militantes. Mesmo sofrendo a intervenção da Polícia Federal para reintegração de posse do prédio ocupado (ABRASCO, 2016), o movimento terminou vitorioso com a exoneração de Valencius.

Outra ação importante que o CAA esteve à frente foi durante o planejamento das co-

⁴ a “carta de dezembro” foi uma manifesto de repúdio do coletivo alagoano antimanicomial, datado em 19 de dezembro de 2015, com o seguinte cabeçalho: não vamos aceitar nenhum retrocesso | em defesa do sus | em defesa da saúde mental.

memorações do Bicentenário de Alagoas. Em junho de 2016, o Governo do Estado instalou o Fórum Estadual do Bicentenário de Emancipação Política de Alagoas. Na ocasião, o Coletivo Antimanicomial teve a oportunidade de discutir e construir a proposta de criação do Centro de Convivência – Espaço Nise da Silveira. Após muitas reuniões com vários grupos envolvidos no eixo Patrimônio Histórico, foi apresentada essa proposta ao Governo do Estado, no entanto, a ideia não foi adiante; não houve qualquer retorno dos órgãos governamentais. Essa foi a última ação do Coletivo Alagoas Antimanicomial, que foi se dispersando dada a gradativa indisponibilidade dos poucos militantes fervorosos que o impulsionavam.

Ao responder uma das perguntas suscitadas no início deste artigo, podemos afirmar que a luta antimanicomial foi e é potente, sim. Acreditamos nisso, porém, também reconhecemos nossas fragilidades. No caminho que o CAA seguiu, houve descontinuidades. No início, em 2014, o Coletivo se reunia nos serviços, nos CAPS, e contava com a participação de muitas pessoas. Posteriormente, passando a se reunir fora dos serviços, verificou-se uma diminuição da frequência dos habituais participantes.

No passar do tempo, ante a ameaça à democracia, à participação popular e ao controle social que foi progressivamente se consolidando no Brasil após o golpe parlamentar e o governo ilegítimo na Presidência da República em 2016⁵, trabalhadores dos serviços de saúde mental do município de Maceió começaram a articular um movimento de resistência e luta local, para o enfrentamento da onda antidemocrática, segregadora e manicomial que insurgia no país. Foi assim que, em 2018, começou a ser idealizado o Fórum de Saúde Mental de Maceió (FSMM).

Se o “18 de Maio” era pra lutar (ainda) por uma sociedade sem manicômios, o FSMM haveria de ser a reafirmação do compromisso em defesa do cuidado em liberdade, considerando ser premente se posicionar a favor dos direitos sociais e da dignidade das pessoas.

Nesse sentido, o Fórum de Saúde Mental de Maceió passou a promover atividades mensais nos espaços dos CAPS, com mobilização das pessoas com transtorno mental, tendo em vista o fortalecimento do controle social, do protagonismo dos usuários dos serviços substitutivos. Foram organizadas reuniões, assembleias, feiras de arte e cultura e economia solidária, nas quais eram realizadas discussões sobre temas relacionados à conjuntura atual, como a contrarreforma da previdência e a Nota Técnica⁶ para a saúde mental lançada em 2019.

Em julho de 2019, o Fórum de Saúde Mental de Maceió participou, através de alguns componentes, do I Congresso Popular da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, que deu origem ao Edital Universidade Popular nº 19 – PROEX /UFAL, de 14 de novembro de 2019. A partir de então surgiu a proposta de submissão do Projeto de Extensão Universitária “Fortalecimento do Controle Social nos Serviços Públicos de Saúde Mental no Município de Maceió: protagonismo dos usuários e efetivação da rede de cuidados”. Trata-se de uma parceria entre a UFAL e o Fórum de Saúde Mental de Maceió, com objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia política e financeira das pessoas com transtorno mental ou com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas e seus familiares, na perspectiva de ampliação das capacidades e oportunidades de cuidado integral através de uma rede intersetorial.

As principais estratégias metodológicas desenhadas no projeto, com propósito de formação política e incentivo à criatividade e à atividade produtiva cooperativa, foram: a dinamização de articulação das experiências de saúde mental com as referências teórico-práticas da Economia Solidária, a partir das práticas terapêuticas de produção artesanal, e também a

5 Para entender os retrocessos no campo da política de saúde mental nesse período, mencionaremos com destaque a Emenda Constitucional Nº 95/2016, que impactou diretamente Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas intersetoriais de assistência social e educação, principalmente e as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas, instituídas em 2017 e 2018, as quais, conforme apontado por Delgado (2019): ampliou o financiamento dos hospitais psiquiátricos; reduziu o cadastramento de CAPS; ampliou o financiamento para mais 12 mil vagas em Comunidades Terapêuticas; restaurou a centralidade do hospital psiquiátrico e recomendou a não utilização da palavra ‘substitutivo’ para designar qualquer serviço de saúde mental; recriou o hospital-dia vinculado aos hospitais psiquiátricos, sem definir sua finalidade e recriou o ambulatório de especialidade, igualmente sem referência territorial.

6 Nota Técnica Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS. Assunto: Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

realização de oficinas de Teatro do Oprimido, como expressão para produção de diálogo crítico-reflexivo e de material estético sobre as temáticas vivenciadas na saúde mental: opressão, preconceito, violência, direitos humanos, entre outros.

Ao ser aprovado, o projeto iniciou suas atividades em janeiro de 2020 e tem previsão de término em julho de 2021. Sob a coordenação de docente da Faculdade de Serviço Social da UFAL, o projeto de extensão conta com uma equipe executora formada por docentes do Instituto de Psicologia e da Faculdade de Medicina, estudantes dos cursos de graduação em Serviço Social e Psicologia (UFAL) e profissionais técnicas das Secretarias de Saúde do Município de Maceió e do Estado de Alagoas, sendo a maioria lotada nos cinco CAPS de Maceió e também no CAPS Casa Verde.

O distanciamento social imposto pelas medidas de enfrentamento da crise sanitária de 2020, decorrente da pandemia da Covid-19, tolheu as condições desejáveis de desenvolvimento da ação extensionista. Desta forma, a equipe executora foi gradativamente encontrando meios alternativos, com o uso de tecnologias digitais, para favorecer a aproximação dos integrantes do projeto universitário, bem como, contribuir para o fortalecimento das ações realizadas pelo Fórum de Saúde Mental de Maceió.

Os encontros virtuais possibilitaram realizar nossa capacitação em Teatro do Oprimido, Economia Solidária, Rede de Atenção Psicossocial, Controle Social, entre outras. O domínio das tecnologias para transitar no mundo digital foi enfrentado coletivamente, com ênfase nos processos criativos de construção.

O Projeto de Extensão tem colaborado para impulsionar a divulgação do Fórum de Saúde Mental de Maceió, com a produção de vídeos elaborados pelos estudantes bolsistas e colaboradores, com o objetivo de informar e esclarecer sobre: o próprio Fórum, o Projeto de Extensão, o controle social, o Conselho de Saúde, o Conselho Gestor, a RAPS, e até tutoriais para utilização das plataformas de videoconferência (*Whatsapp, Google Meet e Zoom*), visando à inclusão digital dos usuários e estímulo à comunicação nos eventos virtuais do Fórum. A arte, portanto, tem sido um caminho estratégico de mobilização que estamos privilegiando, na intenção de afastar barreiras comunicacionais.

Em alusão ao “Maio Antimanicomial”, foram realizadas *lives* e lançado vídeos nas redes sociais virtuais do Fórum (*YouTube, Facebook e Instagram*)⁷. Também foi impulsionada a comunicação do movimento social através de grupo de *WhatsApp, e-mail e Twitter*. Os encontros mensais foram retomados através de plataformas de videoconferência e, em junho de 2020, iniciou-se uma discussão interna quanto a sua adesão à Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA), até que no mês de setembro tornou-se um núcleo local. Nessa condição, o FSMM passou a desenvolver ações de defesa da luta antimanicomial nacionalmente vinculadas, assumindo agenda junto à RENILA e à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica. Em outubro encaminhou carta compromisso aos candidatos e candidatas à Prefeitura de Maceió.

Como atividade de mobilização referente ao Dia Mundial da Saúde Mental (10 de outubro), o Fórum lançou um novo projeto de comunicação, o Podcast LoucaMente (2020), através das plataformas *Spreaker e Spotify*, que passou a ter postagens quinzenais, sempre aos sábados, com participação dos diversos segmentos de integrantes do Fórum de Saúde Mental de Maceió: usuários dos CAPS e seus familiares, trabalhadores da saúde, universitários e simpatizantes da causa, assumindo uma interlocução crítica com temas em evidência. Esse é o mais recente desafio que estamos construindo coletivamente, com arte, criatividade e boas parcerias.

Considerações Finais

O *status* da reforma psiquiátrica em 2020 demonstra ser resultante de uma construção lenta e sólida, porém, sempre ameaçada, desde a sua instituição. Os tempos recentes têm revelado a pior crise da democracia brasileira depois do golpe militar de 1964, que representa uma ruptura do pacto democrático e social celebrado com a Constituição de 1988. O neo-

⁷ Os links de acesso aos canais e perfis de comunicação do Fórum de Saúde Mental de Maceió estão disponíveis em: https://linktr.ee/forum_sm_maceio.

liberalismo autoritário que tomou o poder do Estado tem sustentações robustas nas forças armadas, nas corporações de mídia, em parte da opinião pública, em parte das organizações religiosas, no Judiciário, na inflexão conservadora que domina parte do planeta na atualidade. Privatização do Estado, desmonte do projeto de bem-estar social, pauperização, concentração de renda, cerceamento de liberdades individuais, acirramento do ódio e da desigualdade, são componentes do contexto trágico que estamos vivendo.

Apesar desse cenário, há motivos para acreditarmos que a resistência ao desmonte é possível e será exitosa. No limite deste artigo não conseguiríamos apontar todas as possibilidades e impossibilidades indagadas na introdução deste artigo. No entanto, entendemos ter suscitado, na exposição dos avanços e descontinuidades do movimento social, a potência e as fragilidades no efetivo protagonismo dos diferentes sujeitos engajados na luta antimanicomial. Esperamos que a partir da sistematização dessa história possam ser idealizadas e construídas novas formas de enfrentamento da contrarreforma psiquiátrica que está em curso no país.

O fortalecimento da luta deve partir de uma consciência aguda do momento político. É esse o caminho que estamos buscando construir no Fórum de Saúde Mental de Maceió. Juntos, trabalhadores da política de saúde mental, usuários dos serviços de atenção psicossocial de Maceió e seus familiares, e professores e estudantes universitários, comunicando-se e compartilhando saberes e fazeres no intuito de defender a democracia, combater o desmonte do SUS e lutar incansavelmente pelo fim dos manicômios é tarefa da resistência. Avante!

Referências

ABRASCO. **Ocupação Fora Valencius é desmantelada com ação da Polícia Federal**. 2016. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/ocupacao-fora-valencius-e-desmantelada-com-acao-da-policia-federal/17208/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

AMARANTE, P. Mudanças na Política Nacional de Saúde Mental: participação social atropelada, de novo. **Boletim informativo do Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS) e do Centro de Documentação Virtual (CDV)**. Salvador, n. 15, p. 5-6, jan./fev. 2018.

CRP-15. Conselho Regional de Psicologia – Alagoas. **Fórum Antimanicomial marca Dia Mundial da Saúde Mental em Alagoas**. 2014. Disponível em: <<http://www.crp15.org.br/2014/10/forum-antimanicomial-marca-dia-mundial-da-saude-mental-em-alagoas/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

CRP-15. Conselho Regional de Psicologia – Alagoas. **Manifestantes da luta antimanicomial ocupam Ministério de Saúde**. 2015-a. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/manifestantes-da-luta-antimanicomial-ocupam-ministerio-de-saude/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

CRP-15. Conselho Regional de Psicologia – Alagoas. **#18deMaio Dia Nacional da Luta Antimanicomial com mobilização em Maceió**. 2015-b. Disponível em: <<http://www.crp15.org.br/2015/05/%E2%80%8E18deMaio%E2%80%AC-dia-nacional-da-luta-antimanicomial-com-mobilizacao-em-maceio/>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CRP-15. Conselho Regional de Psicologia – Alagoas. **Alagoas presente no Ato #LoUcupaBrasília**. 2016. Disponível em: <<https://www.crp15.org.br/2016/01/alagoas-presente-no-ato-%E2%80%AA%E2%80%8Eloucubabrasilia%E2%80%AC/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

COLETIVO Alagoas Antimanicomial. **Realização: Práticas Integradas de Pesquisa em Atenção à Saúde do Centro Universitário CESMAC (PIPAS/CESMAC) e Coletivo Alagoas Antimanicomial**. Imagem: Adriano Damarante e Arilene de Castro. Edição: Adriano Damarante. Roteiro: Renata Guerda. Maceió, 2015. 1 vídeo (2 min. 30 seg.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E81LWxSGiEg>>. Acesso em: 27 out. 2020.

DELGADO, P. G. **Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte**. In: Trabalho, Edu-

cação e Saúde. Rio de Janeiro, 2019; 17(2):e0021241. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v17n2/1678-1007-tes-17-02-e0020241.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

LOUCAMENTE. Vários locutores. **Edição:** Sueli Nascimento. Fórum de Saúde Mental de Maceió, 2020. Podcast. 4 episódios. Disponível em: <<https://www.spreaker.com/user/fsmm>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

MACEIÓ. Lei Nº 4.768, de 17 de dezembro de 1998 [revogada]. **Dispõe sobre a assistência psiquiátrica e a regulamentação dos serviços de saúde mental no município de Maceió e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www.maceio.al.leg.br/documentos/docs/doc.php?filepath=leis&id=4822>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Nota Técnica Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS. **Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes na Política Nacional sobre Drogas.** 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/11_23_14_123_Nota_Te%CC%81cnica_no.11_2019_Esclarecimentos_sobre_as_mudanc%CC%A7as_da_Politica_de_Sau%CC%81de_Mental.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

RIBEIRO, M. C. **A saúde mental em Alagoas: trajetória da construção de um novo cuidado.** 2011. 243 p. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2011.

SOALHEIRO, N. I. **Política e empoderamento de usuário e familiares no contexto brasileiro do movimento pela reforma psiquiátrica.** In: Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Associação Brasileira de Saúde Mental. Universidade Federal de Santa Catarina, v.4, n.8, jan/jun. 2012.

TRINDADE, R. L. P.; et al. **Projeto de pesquisa: avaliação da organização da rede de atenção em saúde mental. (Relatório Final).** Maceió: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, 2007.

Recebido em: 15 de fevereiro de 2021

Aceito em: 22 de fevereiro 2021